



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001358-63.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **Fabiana Brito de Souza**
Requerido: **BANCO BRADESCO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja à exibição, pelo réu, dos extratos de conta poupança que seu genitor abriu em seu nome e aos quais não tem acesso.

As preliminares suscitadas pelo réu não merecem acolhimento.

O processo é útil e necessário à finalidade perseguida pela autora, tanto que a ré evidenciou sua resistência à exibição dos documentos em apreço ao ofertar substancial contestação cristalizada em doze laudas.

Diante disso, transparece patente que sem a alternativa judicial a autora não lograria alcançar seu objetivo, de sorte que está presente o interesse de agir.

Não se cogita, outrossim, de carência da ação ou falta de causa de pedir.

O relato exordial é perfeitamente inteligível, descrevendo com clareza os fatos em que se o pleito é lastreado e os documentos cuja exibição se busca, não se podendo olvidar que os princípios informadores do Juizado Especial Cível (especialmente os da simplicidade e informalidade) tornam ainda mais clara a possibilidade de conhecimento da causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por fim, nada impede o reconhecimento do caráter satisfativo da medida, podendo a autora a partir do contato com os extratos de sua conta e dependendo de seu conteúdo aferir a necessidade de eventual nova ação.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, a obrigação do réu transparece indubitosa.

A abertura da conta poupança está demonstrada a fls. 03/05, inclusive com sua adequada identificação.

Nesse contexto, o exame dos extratos pertinentes pela autora é indiscutível, não podendo ser obstado porque encerra direito básico dela (art. 6º, inc. III, do CDC).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a apresentar no prazo de quinze dias os extratos da conta identificada a fl. 01, sob as penas do art. 359 do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**